

**UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

FACULDADE DE DIREITO



**PROCESSO
SELETIVO PÚBLICO
RESIDÊNCIA
JURÍDICA 2014**

CRIMINAL



INSTRUÇÕES

Você recebeu o seguinte material:

- Uma PROVA OBJETIVA contendo 50 (cinquenta) questões¹, à cada qual correspondem 4 (quatro) alternativas: A, B, C e D;
- Um CARTÃO RESPOSTA personalizado.

- 1) Após a ordem para o início da prova, confira o material recebido, verificando se a sequência da numeração das questões e a paginação estão corretas. Caso contenha alguma irregularidade, comunique a um dos fiscais.
- 2) Confira, no CARTÃO RESPOSTA, se seu nome e número de inscrição estão corretos.
- 3) O CADERNO DA PROVA OBJETIVA poderá ser utilizado para anotações, mas somente as respostas assinaladas no CARTÃO RESPOSTA serão objeto de correção.
- 4) Ao final do CADERNO DA PROVA OBJETIVA, está disponível o GABARITO RASCUNHO, que poderá ser levado pelo candidato após 1 (uma) hora do início da prova.
- 5) O CADERNO DA PROVA OBJETIVA só poderá ser levado pelo candidato faltando 1 (uma) hora para o seu encerramento.
- 6) Leia atentamente cada questão e assinale no CARTÃO RESPOSTA a alternativa que mais adequadamente responde a cada uma das questões.
- 7) Observe as seguintes recomendações relativas ao CARTÃO RESPOSTA:
 - Não poderá ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
 - A maneira correta de marcação das respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir fortemente, com caneta esferográfica tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme modelo abaixo:

1	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

NÃO SERÁ PERMITIDO O USO DE BORRACHA OU CORRETIVO DE QUALQUER ESPÉCIE NO CARTÃO RESPOSTA. Outra forma de marcação diferente da que foi determinada acima implicará em rejeição do CARTÃO RESPOSTA pela leitora ótica. A leitora ótica não registrará também questões em que houver:

- falta de nitidez na marcação;
- mais de uma alternativa assinalada.

8) A prova terá duração de 04 (quatro) horas. Os 03 (três) últimos candidatos só poderão deixar o local de prova depois que o último entregar seu CARTÃO RESPOSTA.

Após o término da prova, entregue ao Fiscal:- O CARTÃO RESPOSTA, devidamente assinado. O candidato que não devolvê-lo será eliminado do concurso.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Divulgação do gabarito da Prova Objetiva	07/10/2013	www.cepuerj.uerj.br
Interposição de recursos contra o gabarito da PO	07 a 11/10/2013	
Resposta ao recurso ao gabarito da PO	08/11/2013	

¹Todos os casos e nomes utilizados nessa prova são fictícios e qualquer semelhança com casos reais é mera coincidência.

ORGANIZADOR





DIREITO PENAL

1) O princípio da insignificância, também conhecido como princípio da bagatela, que foi teorizado por Claus Roxin (2006), determina que lesões ou ameaças de:

- a) mínima relevância para bens jurídicos não devem ser objeto de consideração pelo direito penal
- b) máxima relevância para bens jurídicos não devem ser objeto de consideração pelo direito penal
- c) nenhuma relevância para bens jurídicos devem ser previstos na lei penal
- d) qualquer relevância para bens jurídicos devem estar previstos na lei penal

2) Uma pessoa praticou um crime cuja pena cominada era de reclusão de cinco a sete anos. Posteriormente, houve uma alteração legislativa e a pena do crime passou a ser cominada de detenção de três a cinco anos. Na data do julgamento, houve nova alteração legislativa, passando então a pena a ser cominada de reclusão e sete a nove anos. Nessa situação, o juiz, se condenar a pessoa, deve aplicar a pena cominada na lei:

- a) em vigor na data do julgamento
- b) em vigor na data do fato
- c) intermediária
- d) alternativa

3) Dentre as normas penais em branco, a seguir descritas, a que pode ser classificada no atual ordenamento jurídico como norma penal em branco em sentido amplo é o artigo:

- a) 269 do Código Penal: “Deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória: Pena de seis meses a dois anos, e multa”
- b) 236 do Código Penal: “Contrair casamento, induzindo em erro essencial o outro contraente, ou ocultando-lhe impedimento que não seja casamento anterior: Pena de seis meses a dois anos”
- c) 38 da Lei 11.343/06: “Prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena de seis meses a dois anos e pagamento de cinquenta a duzentos dias-multa
- d) 6º, inciso I da Lei 8.137/90: “Constitui crime da mesma natureza vender ou oferecer à venda mercadoria, ou contratar ou oferecer serviço, por preço superior ao oficialmente tabelado, ao fixado por órgão ou entidade governamental, e ao estabelecido em regime legal de controle: Pena: detenção de um a quatro anos ou multa”



4) Considera-se como hipótese de extraterritorialidade incondicionada a prática de delitos fora do território nacional que:

- a) sejam praticados por brasileiro
- b) sejam práticas contra brasileiro
- c) atentem contra a disposição de tratados internacionais
- d) atentem contra a vida ou liberdade do Presidente da República

5) Um brasileiro foi condenado pela prática de crime no estrangeiro a uma pena privativa de liberdade de cinco anos. Após o cumprimento de três anos, ele foge para o Brasil e aqui é novamente processado pelo mesmo crime e, por fim, condenado à pena de sete anos. Diante disso, ele terá que cumprir no Brasil, em anos, a pena de:

- a) quatro
- b) nove
- c) sete
- d) dois

6) A regra que determina que o crime tentado é absorvido pela forma consumada expressa a aplicação do princípio da:

- a) consunção
- b) especialidade
- c) alternatividade
- d) subsidiariedade

7) A teoria segundo a qual o Direito Penal está orientado a garantir a identidade normativa da sociedade, de forma que, quando ocorre um delito, faz-se um ato comunicativo por parte do agente no sentido de que a norma penal, para ele, não tem validade, é a:

- a) finalista
- b) causalista
- c) neokantista
- d) funcionalista



8) Uma pessoa joga um balde de água nas águas turbulentas que estão prestes a romper uma represa, acarretando, assim, o seu rompimento. Diante das modernas regras de causalidade, pode-se afirmar que ela:

- a) não responderá pelo resultado, pois não houve previsibilidade
- b) responderá pelo resultado, pois não há exclusão do dolo da conduta
- c) não responderá pelo resultado, pois não aumentou o perigo ao bem jurídico
- d) responderá pelo resultado, pois se não tivesse jogado o balde não teria havido rompimento

9) Dentre os tipos penais apresentados, aquele que pode ser considerado como um tipo penal aberto é:

- a) homicídio culposo
- b) lesão corporal grave
- c) estupro de vulnerável
- d) estelionato privilegiado

10) Um agente quer se vingar da companhia aérea que o dispensou. Planeja, com vingança, explodir um avião. Escolhe e coloca a bomba em uma turbina para ser detonada nas alturas. Representa como consequência óbvia a morte de toda a tripulação e dos passageiros a bordo, que passa a querer como consequência de seu ato. Assim, o agente deve responder por estas mortes a título de:

- a) dolo eventual
- b) culpa consciente
- c) culpa em terceiro grau
- d) dolo direto de segundo grau

11) Uma criança sofre queda acidental de bicicleta na ciclovia, sofrendo um profundo corte na cabeça, vindo a esvaír-se em grande quantidade de sangue. Assistem passivamente a cena o pai da criança e um estranho que ficam no local e não praticam nenhuma conduta. A criança em virtude de seu estado vem a falecer no local. Diante disso, a responsabilidade penal do pai e do estranho se enquadra no(s) crime(s) de:

- a) homicídio e omissão de socorro qualificada
- b) homicídio e omissão de socorro simples
- c) omissão de socorro
- d) homicídio



12) Arnaldo agride injustamente Bento com um soco no rosto. Bento, para se defender, saca uma arma e começa a atirar em Arnaldo. Este último bate em retirada e é perseguido por Bento, que efetua novos disparos. Por fim, Arnaldo trava luta corporal com Bento, matando-o. Nessa situação, Arnaldo agiu em:

- a) excesso doloso
- b) excesso não intencional
- c) legítima defesa subjetiva
- d) legítima defesa sucessiva

13) Claus Roxin (2006), com o funcionalismo teleológico-racional, agregou à culpabilidade a categoria superior da responsabilidade, que, em síntese, exige a análise da(o):

- a) possibilidade de exigir um outro comportamento
- b) necessidade preventiva da sanção penal
- c) conhecimento real da ilicitude do fato
- d) utilidade da pena

14) José, após uma calorosa discussão com Márcio, o ameaça de morte. Dias depois, conquanto José já tivesse esquecido o que havia dito no momento de raiva, Márcio continua receoso com a ameaça e adquire uma arma para se proteger. Certo dia, ao avistar José na rua, vindo na sua direção segurando um objeto metálico, Márcio, supondo-se na iminência de uma injusta agressão, pega sua arma e alveja José, matando-o, constatando-se, posteriormente, que José trazia nas mãos apenas a chave de seu carro. Nesta situação pode-se afirmar que houve legítima defesa:

- a) sucessiva
- b) subjetiva
- c) putativa
- d) real

15) Um homem bomba que planeja explodir um *shopping center* e é preso no momento em que está fazendo a lista dos objetos necessários para adquirir e praticar o seu plano responde por:

- a) crime de exposição a perigo, que é ato preparatório punível
- b) crime nenhum, pois está em atos preparatórios impuníveis
- c) crime de perigo de explosão, que é ato executório punível
- d) crime nenhum, pois está em atos executórios impuníveis



16) Como consequência da adoção da teoria finalista, deve ser considerada como mais adequada ao conceito de autor do crime a teoria conhecida como:

- a) restritiva
- b) subjetiva
- c) extensiva
- d) domínio do fato

17) O efeito da reincidência à condenação **NÃO** é gerado por crime:

- a) político
- b) culposo
- c) militar impróprio
- d) de abuso de autoridade

18) Gilson, nascido em 1941, é condenado em 2012 a uma pena privativa de liberdade de quatro anos, em regime aberto. É intimado da sentença e procura o escritório modelo para recorrer da decisão. Com base apenas nos dados da questão, é possível sustentar a tese de aplicação de:

- a) suspensão condicional da pena
- b) monitoramento eletrônico
- c) pena restritiva de direitos
- d) livramento condicional

19) Davi, após o trânsito em julgado da sentença condenatória por crime de tráfico de drogas, pratica crime de estupro. No caso de condenação irrecorrível pelo crime de estupro, o livramento condicional será:

- a) possível, desde que cumprida metade da pena
- b) possível, desde que cumpridos 2/3 da pena
- c) impossível, por ser reincidente específico
- d) impossível, por ser reincidente genérico

20) Uma pessoa, querendo matar seu desafeto, efetua contra este inúmeros disparos com sua arma de fogo. A vítima foi internada no hospital e, dois anos depois, vem a falecer em razão dos ferimentos causados pelos disparos. A prescrição do crime, neste caso, terá como termo inicial a data:

- a) dos disparos
- b) da morte da vítima
- c) em que foi identificado o autor
- d) em que o fato tornou-se conhecido



DIREITO PROCESSUAL PENAL

21) João, preso provisoriamente por ter supostamente praticado crime de roubo qualificado, cometeu crime doloso dentro do estabelecimento prisional no qual se encontra recolhido, sendo-lhe, então, determinada a submissão ao regime disciplinar diferenciado. Neste caso, de acordo com a Lei de Execuções Penais, pode-se afirmar que:

- a) o regime terá duração máxima de 360 dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave da mesma espécie, até o limite de um terço da pena aplicada
- b) o regime pode ser imposto tanto ao preso provisoriamente quanto ao condenado, sem prejuízo da aplicação da sanção penal
- c) serão permitidas visitas semanais de duas pessoas, incluídas as crianças, com duração de duas horas
- d) a cela deverá ser individual, não sendo permitida a saída diária

22) Acerca dos princípios constitucionais do Processo Penal, à luz dos ensinamentos dos eminentes juristas Nestor Távora e Rosmar Rodrigues Alencar, é correto afirmar que:

- a) a regra estatuída no artigo 400 do Código de Processo Penal, segundo a qual a Audiência de Instrução e Julgamento deverá ocorrer em, no máximo, 60 dias, é uma inspiração legislativa decorrente do princípio da Obrigatoriedade
- b) de acordo com o princípio da Presunção de Inocência, o acusado não pode ser considerado culpado até que haja sentença condenatória transitada em julgado, sendo ônus do acusado comprovar sua inocência
- c) a exigência constitucional no sentido de que, embora livre para decidir, o juiz deve sempre motivar suas decisões é um reflexo do chamado princípio da Obrigatoriedade
- d) nas ações penais de iniciativa privada, prevalece o princípio da Disponibilidade, segundo o qual a vítima ou seu representante podem desistir da ação após seu início

23) Acerca do inquérito policial, pode-se afirmar que:

- a) nos inquéritos referentes a crimes cuja ação penal seja pública condicionada à representação do ofendido, esta é indispensável, salvo se houver grande repercussão social decorrente do caso
- b) ao elaborar o relatório, a autoridade não poderá indicar as testemunhas que não tiverem sido inquiridas, a fim de evitar que a defesa do indiciado seja surpreendida
- c) a autoridade policial, ao fornecer atestado de antecedentes, deverá incluir todas as anotações em desfavor do requerente, inclusive eventuais inquéritos anteriores
- d) o inquérito policial possui natureza de peça informativa, de cunho inquisitivo, e apresenta o resultado das investigações, para a formação da *opinio delicti*



24) Mariuzo cometeu um roubo na cidade de Campo Longo. Dez dias após, sabendo que o crime havia sido visto por outras pessoas, dirigiu-se à cidade vizinha de Rerituba, na qual matou impiedosamente Ana Maria, testemunha do crime, a fim de garantir sua impunidade, sendo preso em seguida. De acordo com as normas contidas no Código de Processo Penal, é correto afirmar que houve:

- a) crime de latrocínio, sendo competente o Juízo singular da Comarca de Rerituba
- b) crime de latrocínio, sendo competente o Juízo singular da Comarca de Campo Longo
- c) conexão entre roubo e homicídio, sendo competente o Tribunal do Júri da Comarca de Rerituba
- d) conexão entre roubo e homicídio, sendo competente o Tribunal do Júri da Comarca de Campo Longo

25) Sobre a ação penal, é correto afirmar que:

- a) a perempção é aplicável à ação penal privada subsidiária da pública
- b) o perdão concedido a um dos querelados se estenderá a todos, mesmo àquele que o recusar
- c) mesmo na ação penal privativa do ofendido, a queixa poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo
- d) na ação penal pública condicionada à representação do ofendido e na condicionada à requisição do Ministro da Justiça, admite-se a retratação até o recebimento da denúncia

26) Carlos fora preso em flagrante pela prática de crime de roubo, tendo porém, o promotor de justiça requerido o arquivamento do inquérito, o que foi acolhido pelo juiz. A vítima, no entanto, oferece queixa-crime, antes de decorridos seis meses. Neste caso, o juiz deverá:

- a) receber a queixa-crime, pois ainda não houve decadência
- b) rejeitar a queixa-crime, pois não houve inércia do promotor de justiça
- c) recusar a queixa-crime, pois o crime de roubo não admite queixa subsidiária
- d) determinar o desarquivamento do inquérito e remetê-lo ao promotor de justiça

27) Sobre o tema ação civil *ex delicto*, à luz do disposto no Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- a) caso haja óbito do titular da ação, somente o cônjuge, ascendentes, descendentes e irmãos passam a ter legitimidade para intentá-la
- b) a sentença penal absolutória que tenha reconhecido que o fato imputado não constitui infração penal impede a propositura da ação civil
- c) a sentença absolutória que tenha reconhecido a inexistência material do fato faz coisa julgada no Cível, hipótese em que não é cabível ação civil para o reconhecimento do fato objeto da sentença penal
- d) se houver composição civil dos danos em seara de Juizados Especiais Criminais, o responsável civil do autor do crime poderá fazer parte do acordo, porém a sentença homologatória não terá validade contra sua pessoa



28) Considerando o que dispõe o Código de Processo Penal vigente, é correto afirmar que:

- a) as alegações finais, no procedimento sumário, serão orais, tendo, respectivamente, a defesa e a acusação o prazo de 20 minutos cada, prorrogáveis por mais dez, proferindo o juiz, a seguir, a sentença
- b) terminada a instrução, as partes têm o prazo de cinco dias para requererem diligências que considerem imprescindíveis ao deslinde da causa, as quais serão apreciadas pelo juiz
- c) havendo pedido formulado pelo Ministério Público, o juiz poderá realizar interrogatório por videoconferência, mediante fundamentação, salvo se decretada pelo mesmo de ofício
- d) no procedimento comum ordinário, acusação e defesa poderão arrolar até oito testemunhas cada, não se incluindo, porém, as que não prestarem compromisso

29) Ao tentar cumprir mandado de prisão, por volta das 22h30min, o delegado Palhares comparece à residência de Ruben, o qual, ao avistar o delegado e sua equipe, empreende fuga de imediato, sendo perseguido até que logra êxito em pular a janela de Ramon, seu vizinho. Ao bater na porta, a autoridade policial pede autorização para entrar na casa, o que lhe é negado. Assim, caberá ao delegado:

- a) ingressar à força na casa, mediante a presença de duas testemunhas, para efetuar a prisão
- b) guardar todas as saídas da casa, tornando-a incomunicável, aguardando até o amanhecer para então arrombar as portas e efetuar a prisão
- c) ingressar à força na casa, prendendo-o, em virtude do mandado de prisão expedido, quanto Ramon, em flagrante, por favorecimento pessoal
- d) guardar todas as saídas da casa, tornando-a incomunicável a fim de evitar fugas, e em seguida ingressar à força nesta, a fim de cumprir o mandado de prisão

30) Com a introdução da Lei nº 12.403/2011, todo crime passou a ser, em tese, afiançável, ressalvadas as hipóteses de vedação expressa e de óbice a seu deferimento por falta de requisito objetivo ou subjetivo. Sobre a fiança, tomando-se como parâmetro o que dispõe o Código de Processo Penal em vigor, é correto afirmar que:

- a) a fiança, quando admitida, poderá ser prestada enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória, e visa, se o réu for condenado, ao pagamento das custas, da indenização do dano, da prestação pecuniária e da multa
- b) uma vez fixado o valor da fiança, se a situação econômica do preso assim recomendar, a autoridade poderá reduzi-lo até o máximo de dois terços ou aumentá-lo até cem vezes
- c) o afiançado caso intimado deixar de comparecer perante a autoridade para atos da instrução criminal, a fiança será reputada como cassada
- d) quando reconhecida a existência de crime inafiançável, no caso de inovação na classificação do delito, será declarada quebrada a fiança



31) Acerca das questões e processos incidentes estatuídos no Código de Processo Penal vigente, é correto afirmar que:

- a) quando pedida a restituição de coisa apreendida, se houver dúvida sobre o verdadeiro dono, o juiz remeterá as partes ao Juízo Cível, determinando o depósito das coisas em mãos de depositário ou do terceiro que as detinha, se pessoa idônea
- b) se julgada procedente a exceção de suspeição de juiz pelo tribunal competente, o processo será remetido ao seu substituto, aproveitando-se os atos até então praticados
- c) o incidente de falsidade de documento constante nos autos poderá ser requerido por qualquer das partes, não podendo o juiz, de ofício, proceder à verificação de falsidade
- d) o sequestro será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de 30 dias, contado a partir da data da conclusão da diligência

32) Em matéria de prova no Processo Penal, é correto afirmar que:

- a) a prova produzida por qualquer das partes pertence ao processo e pode ser utilizada por todos os participantes da relação processual
- b) a prova da alegação incumbe a quem a fizer, não podendo o juiz, entretanto, ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção de provas ainda que urgentes e relevantes
- c) os documentos em língua estrangeira somente serão juntados aos autos após traduzidos por tradutor público ou, na falta deste, por pessoa idônea nomeada pela autoridade
- d) quando a infração deixar vestígios, a realização do exame de corpo de delito será indispensável, mas se os vestígios desaparecerem, a prova testemunhal ou a confissão poderão lhe suprir

33) Francisco fora denunciado pelo Ministério Público por ter praticado crime de receptação, pois foi flagrado conduzindo veículo objeto de furto na semana anterior. Durante a instrução criminal, o dono do automóvel, não ouvido em seara policial, afirma que Francisco havia lhe rendido e roubado, mediante utilização de arma de fogo. Neste caso, é correto afirmar que o Ministério Público:

- a) poderá aditar a denúncia, no prazo de cinco dias, para alterar a imputação para crime de roubo, sendo seu recebimento faculdade do magistrado
- b) poderá aditar a denúncia, porém o juiz não poderá acatá-la, haja vista que a nova tipificação implicaria em pena mais gravosa a Francisco
- c) não poderá aditar a denúncia pois, dada sua inércia ao não tipificar a conduta no crime de roubo, teria se operado o arquivamento implícito em relação a este
- d) não poderá aditar a denúncia, uma vez que em âmbito de audiência de Instrução e Julgamento não é mais cabível o aditamento, sob pena de se violar o contraditório e a ampla defesa



34) A regra contida no Código de Processo Penal que estatui que nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que tenha dado causa, ou para que tenha concorrido, é reflexo do princípio da(o):

- a) interesse
- b) verdade real
- c) economia processual
- d) conservação dos atos processuais

35) A revisão criminal objetiva reexaminar sentença ou decisão condenatória transitada em julgado. Sobre tal ação, à luz do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- a) não sendo o requerimento indeferido *in limine*, será aberta vista ao procurador geral para parecer em dez dias
- b) se houver pedido de indenização, este não será apreciado pelo tribunal, haja vista ser incabível em sede de revisão criminal
- c) não há óbice legal para que o desembargador relator do requerimento de revisão criminal já tenha pronunciado decisão no processo
- d) a revisão criminal poderá ser requerida antes ou após a extinção da pena, sendo cabível a reiteração do pedido, ainda que não haja novas provas

36) Sobre os recursos previstos no Código de Processo Penal, a opção mais adequada deve ser:

- a) em face de decisão que pronunciar e impronunciar o acusado caberão, respectivamente, recurso em sentido estrito e apelação
- b) o Ministério Público poderá pedir a desistência da apelação por este apresentada, sendo tal pleito submetido ao órgão julgador
- c) a parte que apresentar recurso de apelação poderá utilizar o recurso em sentido estrito, desde que recorra somente de parte da decisão
- d) o recurso em sentido estrito é cabível em face de decisão que, embora admitindo o recurso, obsta à sua expedição e seguimento para o juízo *ad quem*

37) Ao ser parado em *blitz* da “Operação Lei Seca”, João foi submetido ao teste do etilômetro, o qual não detectou presença de teor alcoólico em ar alveolar. Contudo, ao revistar seu veículo, o policial militar simulou a descoberta de uma arma de fogo no interior do porta-malas, dando-lhe voz de prisão e conduzindo-o à delegacia, tendo sido comunicado o flagrante ao juiz no prazo legal. O advogado do escritório modelo apresentou o adequado requerimento ao juiz de plantão, que o indeferiu sob o fundamento de legalidade da prisão provisória. Neste caso, o advogado deverá apresentar *habeas corpus*:

- a) ao Supremo Tribunal Federal
- b) figurando o delegado como autoridade coatora
- c) perante o juiz titular, figurando o juiz de plantão como autoridade coatora
- d) perante o tribunal de justiça, figurando o juiz de plantão como autoridade coatora



38) De acordo com o procedimento previsto na Lei nº 11.343/06, pode-se afirmar que:

- a) durante a audiência de Instrução e Julgamento, o acusado é interrogado, sendo, após, ouvidas as testemunhas de acusação e defesa e, em seguida, é concedida a palavra ao representante do Ministério Público e à defesa
- b) quando houver prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária comunicará a prisão ao juiz competente, a quem remeterá cópia do auto lavrado, sendo aberta vista deste ao Ministério Público em 48 horas
- c) configura pena acessória a possibilidade de o funcionário público ser afastado de suas atividades antes de eventual condenação por crime de tráfico de entorpecente
- d) após oferecida a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para apresentar resposta, no prazo de dez dias, na qual poderá arrolar até oito testemunhas

39) Luiz fora pronunciado e levado a julgamento perante o Tribunal do Júri pelo crime de homicídio qualificado tentado por ter efetuado vários tiros em Joaquim, lesionando-o, mas sem conseguir matá-lo. Na votação, o Conselho de Sentença responde afirmativamente sobre os quesitos de materialidade e autoria, mas negativamente quanto à tentativa, entendendo que Luiz não tivera intenção de matar Joaquim. Diante disto, deverá o juiz presidente do Tribunal do Júri encerrar a votação e, em seguida:

- a) proferir sentença absolvendo o acusado
- b) abrir vista ao Ministério Público para aditar a denúncia
- c) abrir vista ao Ministério Público e, em seguida, à defesa do acusado para se manifestarem, retornando, após, para proferir sentença
- d) proferir sentença, ou, se da nova tipificação o delito for considerado de menor potencial ofensivo, aplicar o disposto nos artigos 69 e seguintes da Lei nº 9.099/95

40) Em relação à legislação vigente, é correto afirmar que:

- a) de acordo com a Lei de Execuções Penais, o condenado maior de 65 anos, cujo regime de cumprimento de pena for o aberto, poderá cumprir pena em regime domiciliar
- b) nos crimes hediondos previstos na Lei nº 8.072/90, o apenado terá direito ao livramento condicional após cumprir 2/5 da pena, se não for reincidente específico em crimes desta natureza
- c) de acordo com a Lei nº 11.343/06, ao receber os autos do inquérito policial, o Ministério Público, no prazo de cinco dias, poderá requerer o arquivamento, requisitar as diligências necessárias, ou oferecer denúncia
- d) em sede de Juizados Especiais Criminais, na hipótese de ação penal de iniciativa privada ou pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação



DIREITO CONSTITUCIONAL

41) Em matéria de controle de constitucionalidade das leis e atos normativos municipais e estaduais em face da Constituição do Estado, é correto afirmar que:

- a) impera o princípio da simetria federativa
- b) o papel do Procurador da Câmara equivale ao papel do Procurador da República
- c) a suspensão do ato declarado incidentalmente inconstitucional pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça local cabe à Assembleia Legislativa do Estado
- d) é cabível recurso extraordinário apenas se a norma impugnada o for em face de preceito da Constituição Estadual afim ao da Constituição Federal

42) Em matéria de divisão de competência entre os entes federativos, afirma-se:

- I- A competência comum de proteção do meio ambiente, dividida entre os entes federativos, pode ser objeto de distribuição infraconstitucional, de forma que, por exemplo, o Estado atue supletivamente onde o município não tenha capacidade técnica para fazê-lo;
- II- As competências concorrentes compartilhadas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal afastam a atuação legislativa dos entes municipais;
- III- Os consórcios públicos podem ter como objeto verdadeiras delegações de atribuições entre entes federativos, até em competências que lhes sejam privativas.

Pode-se afirmar que são verdadeiras:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I, II e III

43) A respeito das denominadas ações constitucionais, afirma-se:

- I- A impetração do Mandado de Segurança pode ser em face exclusivamente do Ente Público ao qual pertença a autoridade coatora;
- II- O *Habeas Data* perdeu parte de sua aplicabilidade prática diante da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação;
- III- As ações civis públicas por improbidade administrativa equivalem aos processos administrativos disciplinares de autoridades que detenham cargo público efetivo.

Pode-se afirmar que é/são verdadeira(s):

- a) I, II e III
- b) III
- c) II
- d) I



44) Em matéria de processo legislativo, é correto afirmar que a(o):

- a) sanção à lei pode ser tácita ou expressa
- b) publicação da lei é o bastante para sua validade, a não ser que dotada de *vacatio legis*
- c) vício de iniciativa de lei cujo projeto caiba exclusivamente ao Chefe do Executivo pode ser suprido pela respectiva sanção
- d) *quorum* diferenciado para aprovação das leis ordinárias, complementares e das emendas à Constituição, é indicativo da rigidez desta

45) Sobre o conflito de direito intertemporal constitucional, é correto afirmar que:

- a) uma nova Constituição não admite a vigência, ainda que temporária, de normas da Constituição revogada
- b) as leis pretéritas incompatíveis com a nova Constituição são, *ipso facto*, consideradas inconstitucionais
- c) a forma da espécie legislativa que se coteja com uma nova Constituição é irrelevante para o fenômeno da recepção
- d) a legislação compatível com a nova Constituição é recepcionada sem que o fenômeno implique qualquer consequência para a interpretação constitucional

46) Na interpretação do Supremo Tribunal Federal, por maioria, entendeu-se que o controle do Judiciário Estadual pelo Conselho Nacional de Justiça é válido:

- a) em razão da unicidade do Judiciário
- b) a despeito da violação ao princípio federativo
- c) em razão da garantia da inamovibilidade dos juízes, sejam federais ou estaduais
- d) a despeito de ferir o princípio da separação dos poderes *a latere* e não em seu núcleo essencial

47) A propósito da teoria da Constituição, afirma-se:

- I- O poder constituinte derivado institucional é exclusivo dos Estados que adotem a Federação como forma de Estado;
- II- O poder reformador na Constituição de 1988 se resume, hoje, às Emendas à Constituição, a despeito da previsão de revisão em suas normas transitórias;
- III- As limitações materiais ao poder de reforma se resumem às denominadas “cláusulas pétreas”.

Pode-se afirmar que são, uma vez consideradas globalmente, verdadeiras:

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I e III
- d) I e II



48) Enquanto entidades da Administração Pública Indireta, as empresas públicas e sociedades de economia mista:

- a) são obrigadas a licitar em qualquer hipótese
- b) atendem a um regime jurídico único para seus empregados públicos
- c) podem explorar serviços públicos somente na qualidade de atividade econômica *stricto sensu*
- d) detêm um estatuto próprio, que cuida de suas licitações, em regime diferenciado em relação à Administração Direta e Autárquica

49) São princípios de interpretação tipicamente constitucional os seguintes:

- a) supremacia, interpretação conforme a Constituição, efetividade máxima dos direitos fundamentais e teleológico
- b) declaração de nulidade sem redução de texto, teleológico e razoabilidade e proporcionalidade
- c) interpretação, conforme a Constituição, horizontalidade dos direitos fundamentais
- d) efetividade máxima dos direitos fundamentais e hierarquia normativa

50) Em relação às competências federativas em matéria de prestação de serviços públicos, afirma-se:

- I- Os serviços cemiteriais são de competência local, devendo ser prestados diretamente pelos Municípios;
- II- Os serviços metropolitanos são de competência compartilhada entre Estado-instituidor da Região Metropolitana e municípios metropolitanos;
- III- As concessões de serviços públicos devem ser necessariamente precedidas de licitação.

Pode-se afirmar que são, uma vez consideradas globalmente, verdadeiras:

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I e III
- d) I e II

**RASCUNHO DE GABARITO**

QUESTÃO	GABARITO
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

QUESTÃO	GABARITO
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	